FORÇAS ARMADAS NACIONAIS E DEMOCRACIA
O PROCESSO NICARAGUENSE

O presente artigo resulta de uma reflexão do autor baseada na sua participação num Seminário organizado pela Assembleia Nacional da Nicarágua, e que se realizou em Manágua em Abril do corrente ano.

Belchior Vieira

FORÇAS ARMADAS NACIONAIS E DEMOCRACIA
O PROCESSO NICARAGUENSE

«O Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua oferece, com toda a sua lealdade, desde este momento, o seu apoio incondicional e decisivo para que se consolide o Governo Nacional a que aspiramos todos os bons filhos de Nicarágua».

A. C. Sandino (1927)

Integrado num grupo de especialistas de relações civis-militares convidados pelo National Democratic Institute for International Affairs (NDI) de Washington, desloquei-me a Manágua, em Abril passado, a fim de participar num seminário organizado pela Assembleia Nacional da Nicarágua (Comissão de Defesa e Governação) sob o auspício do NDI, subordinado ao tema geral «Relações civis-militares: Uma visão comparada» (1). Este seminário constituiu a mais recente acção do programa a desenvolver, de 1993 a 1996, pelo NDI, sob proposta da Assembleia Nacional da Nicarágua, dos partidos políticos e das suas Forças Armadas, com vista a promover a superintendência e competência civil no domínio da segurança e familiarizar os militares com o papel de neutralidade política das Forças Armadas numa sociedade democrática. O objectivo do referido programa é preparar líderes civis políticos para a gestão dos assuntos de segurança, realçando a impor-

(1) Nas sessões plenárias, realizadas no Centro de Convenções Olof Palm, foram expostas, sucessivamente: a experiência nicaraguense, pelo Ministro da Presidência, Eng.º António Lacayo, Comandante-Chefe do Exército Popular Sandinista (EPS), Gen. Humberto Ortega, e Presidente da Assembleia Nacional, Dr. Luís Guzman; a experiência chilena, pelo ex-Ministro da Defesa, no período de transição para a democracia, Dr. Patrício Rojas; a experiência argentina, pelo ex-Ministro da Defesa, no período de transição para a democracia, Dr. Horacio Jaunarena; a experiência espanhola, pelo Dr. Júlio Busquets; a experiência portuguesa, por mim próprio.

tante distinção entre segurança interna e defesa nacional e a supremacia das autoridades civis sobre as Forças Armadas.

A complexidade da situação nicaraguense no domínio particular das relações civis-militares decorre do facto de na Nicarágua, desde a sua independência como nação soberana em 1838 (2), nunca terem existido umas Forças Armadas *nacionais*.

A criação de umas Forças Armadas *verdadeiramente nacionais*, como instituição ao serviço da nação e da sua política, constitui factor decisivo, não só no processo de transição para a democracia, mas também no seu processo de consolidação. Como tal, a sua acuidade não é hoje exclusiva da América Latina. Em África, três países, entre os mais próximos de nós, defrontam este desafio, embora sob condicionamentos muito diferentes daqueles que se verificam na Nicarágua: Angola, Moçambique e a África do Sul. Em Angola e em Moçambique, dois governos de partido único de inspiração marxista-leninista (MPLA e FRELIMO, respectivamente), depois de uma trágica e prolongada guerra civil, viram-se coagidos, face à alteração profunda do quadro geopolítico e geoestratégico internacional ocorrida a partir do final da década 80, a nogociar a «parceria» democrática com dois movimentos de forte implantação étnica e geográfica (UNITA e RENAMO, respectivamente). Os processos de paz, decorrentes dos Acordos de Bicesse de 1991 (Angola) e de Roma de 1992 (Moçambique), pressupunham a necessidade de organização de umas Forças Armadas Nacionais, com base nos «braços armados» dos partidos em confronto, cuja formação teria início desde a entrada em vigor do cessar-fogo e que deveria estar concluída à data das eleições. As tarefas diversificadas da assessoria militar portuguesa, neste âmbito, tanto em Angola, interrompidas pelo massacre de Setembro de 1992 (o modelo de formação das Forças Armadas Nacionais nunca foi contestado nas conturbadas negociações ainda em curso), como as que decorrem em Moçambique, marcam, sem dúvida, as realizações mais positivas da nossa cooperação com estas duas ex-colónias. Por seu turno, na África do Sul, a eliminação da política de «apartheid» e os consequentes resultados das recentes eleições exigem, entre as tarefas de elevada prioridade, visando a sua consolidação pacífica, a integração nas Forças

(2) A independência da Nicarágua data de 1821, como parte de uma efémera Federação Central Americana.

Armadas, estruturadas segundo o modelo britânico e tecnologicamente avançadas, dos guerrilheiros dos diferentes movimentos étnicos do antecedente empenhados na luta armada.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O governo do Presidente Zelaya, surgido de uma revolução liberal em 1893 e no poder até 1909, procurou criar um corpo armado permanente, instaurando o serviço militar obrigatório e fundando, para a formação dos oficiais, uma Escola Politécnica sob a orientação de professores chilenos (influência alemã) (3). Com este corpo pretendeu Zelaya, «em primeiro lugar, defender o seu poder na Nicarágua e, em segundo lugar, envolver-se nas guerras centro-americanas» (4), inspirado por um nacionalismo que pugnava por uma união centro-americana de domínio nicaraguense. Mas este esforço organizativo militar fracassou quando os EUA decidiram apoiar uma revolta conservadora que, em 1909, destituiu Zelaya.

Contudo, a resistência liberal manteve-se ao longo dos anos, dela emergindo, como seu símbolo e bandeira, Augusto César Sandino, o «general de hombres libres» à frente do Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua (o «pequeño ejército loco») que, de 1927 até ao final de 1932, se empenhou na luta armada contra os «marines» dos EUA estacionados na Nicarágua.

Em 1927 os EUA haviam criado, por seu turno, uma Guarda Nacional com a intenção de fazerem substituir os grupos de «partisans» armados por um Exército profissional sob o controlo de um governo democrático. Porém, este corpo armado, um pretenso misto de exército e polícia (a «constabulária»), de nacional só tinha o nome: em 1930, dos seus 220 oficiais apenas 15 eram nicaraguenses... Quando, dois anos depois, os «marines» deixaram o país, não havia nenhum oficial nicaraguense com um posto compatível com o desempenho das funções de Comandante-Geral. Assume então estas funções Anastasio Somoza Garcia, chefe do Partido Liberal, um

(3) Alain Rouquié em «El Estado Militar en América Latina», ed. EMECÉ, Buenos Aires (1984).

(4) David Browning numa síntese histórica da Nicarágua.

general improvisado (5) que, de imediato, procede na Guarda à depuração de todos aqueles que não lhe eram pessoalmente leais e ordena, em 1934, a eliminação de Sandino e dos seus apoiantes. Em 1936 depõe o Presidente liberal Juan Bautista Sacas e, no ano seguinte, inicia uma «dinastia sangrenta» de 43 anos, apoiada na Guarda Nacional por ele transformada na sua guarda pretoriana.

Depois de longos anos de conspirações, de acções de guerilha desencadeadas por efémeros movimentos anti-somozistas, tanto de filiação revolucionária como conservadora, do atentado em que é abatido a tiro Anastasio Somoza (imediatamente substituído por seu filho, Luís Somoza Debayle), surge, em Julho de 1961, a Frente de Libertação Nacional, organização político-militar que congregou os três principais movimentos marxistas-leninistas e que, a partir de 1963, passou a ser designada Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Em 13 de Outubro de 1977 tem início a ofensiva insurreccional da FSLN e, em 20 de Julho de 1979, os membros da sua Direcção Nacional e da Junta de Governo de Reconstrução Nacional (6) entram em Manágua, precedidos da entrada das forças da FSLN na véspera (7).

O GOVERNO SANDINISTA

Ao derrubar a ditadura somozista, a FSLN substitui de imediato a Guarda Nacional pelo Exército Popular Sandinista (EPS), comprometendo-se a nele integrar os remanescentes de uma Guarda «depurada», mas esta desmoronou-se, como consequência lógica da sua falta de profissionalismo e do seu carácter pretoriano (8).

---

(5) Na história da Nicarágua, como na de outros países da América Latina, existem numerosos presidentes que se autodenominaram generais. Este título, segundo Luís Guzman, denotava a sua capacidade para reunir voluntários, mercenários ou recrutas forçados que lutaram com as armas na mão nas disputas de poder.

(6) Constituída na Costa Rica, em 16 de Julho, integrava cinco membros, sandinistas e provenientes dos movimentos seus aliados, entre os quais Violeta Chamorro, viúva do cristão-democrata Pedro Joaquín Chamorro, líder de uma coligação de oposição e director do jornal «La Prensa», assassinado em Janeiro de 1978.

(7) De uma cronologia baseada na obra «23 años de luchas del FSLN».

(8) Segundo o Instituto Nicaraguense de Estudios Socio-Políticos (INESP), em «Reflexion 94-02) — Consideraciones sobre el Tema Militar» (1994), este compromisso foi assumido, nos princípios de Julho de 1979, na Costa Rica, numa reunião entre a Frente Sandinista — formalmente a Junta do Governo de Reconstrução Nacional — e os Embaixadores norte-americanos Lawrence Pezzulo e William Bouwlder.

Entretanto, a atitude radical e excessivamente ligada ao bloco Soviético assumida pela FSLN provocou divisões na aliança partidária anti-Somoza e, em 1981, cerca de 2000 ex-membros da Guarda Nacional (os «contras») desencadearam «raids» no nordeste da Nicarágua, provenientes de bases no território vizinho das Honduras e com o apoio militar do Exército deste país e o apoio financeiro do Governo dos EUA. Este grupo contra-revolucionário, designado Forças Democráticas Nicaraguenses (FDN), dispunha, em 1985, de um efectivo superior a 10 000 homens armados. Ainda em 1982, o Governo Sandinista viu-se coagido a declarar o estado de emergência.

Em Novembro de 1984 realizaram-se as primeiras eleições do pós-ditadura para a Presidência da República e para a Assembleia Constituinte, tendo sido eleito o candidato presidencial da FSLN, Daniel Ortega, com 67% dos votos, e tendo a FSLN conseguido 61 dos 92 lugares da Assembleia. Estas eleições, apesar das suas imperfeições, indicaram, como sublinha David Browning (9), que os sandinistas mantinham o apoio popular, particularmente entre as classes trabalhadoras que haviam beneficiado com as reformas então introduzidas na agricultura, saúde e educação. Contudo, acrescenta o mesmo analista, os sandinistas já não representavam a vanguarda de um movimento revolucionário que tinha tido o apoio de toda a sociedade nicaraguense. Entre as razões desta atitude contam-se as confrontações frequentes com a Igreja local, as restrições aos direitos sindicais e à actividade política, a ineficácia das políticas económica e administrativa e a introdução do serviço militar obrigatório. Convirá não esquecer que os sandinistas assumiram o governo de um país «devastado, esgotado na sua forma de vida», destruído por uma guerra de aniquilação sistemática da quase totalidade das escassas infra-estruturas existentes, e que depararam, a partir do final da década de 80, com um progressivo declinar do sentido ideológico da «guerra fria» e, em consequência, do apoio material que da URSS recebiam. Numa tal situação, a urgente formação e instrução dos «novos» quadros militares (uma primeira Academia Militar só foi criada

(9) Ainda que a conduta das eleições tivesse sido formalmente correcta, segundo David Browning, o contexto em que elas decorreram (com o domínio dos sandinistas em todos os órgãos legislativos e executivos do poder estatal) fundamentou a ideia de que não seriam tolerados procedimentos democráticos susceptíveis de ameaçar o controlo do poder sandinista.

em 1993) e a organização de umas Forças Armadas compatíveis com o novo quadro de defesa regional, distintas das forças de segurança interna, e empenhadas em funções sociais e económicas mais prementes, tiveram que ser adiadas, como perigosamente ficou também adiado o relacionamento e o diálogo civil-militar.

Contudo, para o general Humberto Ortega ([10]), o Governo Sandinista havia permitido que no Exército se tivesse verificado não só uma fase de consolidação, mas também de aperfeiçoamento da sua doutrina, estratégia e estrutura orgânica. Face à previsível desmobilização dos «contras» após as eleições de 1990, Ortega preconizava um Exército permanente mais reduzido, mas mais qualificado profissionalmente, e um Ministério da Defesa capaz de contribuir para o desenvolvimento económico «pela experiência e o potencial — sobretudo, no campo da planificação — que todos os Exércitos têm».

A DERROTA ELEITORAL DOS SANDINISTAS

Os resultados das eleições de 1990, realizadas sob intensa supervisão internacional (ONU e OEA), foram, pesem os sinais de frustração anteriormente referidos, surpreendentes, inclusive para os próprios sandinistas... A União Nacional Opositora (UNO) ([11]), uma coligação eleitoral de catorze pequenos partidos liderada pela sua candidata presidencial, Violeta Chamorro, alcançou 55% dos votos contra 41% para os Sandinistas (51 deputados contra 39 da FSLN). Violeta Chamorro, por seu turno, alcançou 54,7% dos votos contra 40,8% do candidato da FSLN, Daniel Ortega. Um dirigente da FLSN afirmou-me: «Não foi a UNO que venceu, fomos nós que perdemos.» O certo é que, na realidade, o poder da UNO é demasiado frágil. A situação surgida, designada como de «transição fundacional» pelo Instituto Nicaraguense de Estudos Sócio-Políticos no respeitante ao aparelho militar, coagiu Violeta Chamorro a subscrever um Acordo de Transição com o general Humberto Ortega, considerado como o principal estratego do processo revolucionário responsável pelo derrube da ditadura somozista, e nomeá-lo Comandante-Chefe das Forças Armadas, com um estatuto

([10]) Síntese referida em ([4]).

([11]) Com esta mesma designação surgiu, em 1967, um movimento de oposição burguesa à ditadura somozista. Como coligação eleitoral, a UNO emerge no diálogo nacional com o Governo Sandinista em 1987-88.

de quase completa autonomia, sendo praticamente nula a intervenção da Assembleia Nacional no EPS. A Presidente da República reservou para si a pasta da Defesa Nacional, mas ao fim de quatro anos de mandato a organização do Ministério da Defesa mantinha-se por fazer. Entretanto, o serviço militar obrigatório foi extinto, tal como havia sido prometido pela UNO na campanha eleitoral. Assinale-se que a FSLN chegou a ter cerca de 90 000 homens em armas, distribuídos por três frentes de operações de guerrilha, tendo passado pelas suas fileiras mais de um terço da população nicaraguense (estimada em 3,8 milhões em 1991). Actualmente, os efectivos militares permanentes da Nicarágua são, segundo dados do próprio EPS, contestados pela UNO, os mais reduzidos de toda a América Central (menos do que 40% dos efectivos das Honduras), a rondar os 15 000 homens. O investimento militar «per capita» é hoje, ainda segundo os mesmos dados, o mais baixo da América Latina.

QUATRO ANOS DE GOVERNO UNIONISTA

As Forças Armadas da Nicarágua são, ainda hoje, o Exército Popular Sandinista (EPS), denunciado pela UNO como o «braço armado» da FSLN. O general Humberto Ortega refuta esta denúncia, afirmando que o Exército é, sim, «o braço da Constituição do Estado nicaraguense» ([12]). Mas, na realidade, um dos problemas mais complexos a resolver será encontrar um consenso civil-militar capaz de garantir a efectiva subordinação democrática da estrutura militar (em lenta reformulação) ao poder político instituído por vontade expressa do povo.

Em fins de 1992, o Comando e Estado-Maior-General do EPS emitiu um «Pronunciamento à la Nación» ([13]) em que, depois de se afirmar a necessidade imperiosa e urgente de uma estabilidade nacional para que a econo-

([12]) Na entrevista «La gran tarea del nuevo docenio: assegurar la concertación y reconstruir Nicaragua» (1990), publicada na obra «Nicaragua: Revolución y Democracia», Organização Editorial Mexicana (1992).

([13]) «Pacto contra la Pobreza: evitar los extremos del paternalismo y el neoliberalismo pronunciamento lido no Auditório do Complexo «David y René Tejada Peralta, em Manágua, a 27 de Outubro de 1992.

mia do país pudesse reactivar-se, fortalecer-se e desenvolver-se de maneira gradual e sustentada, era exaltado o papel vital desempenhado pelo EPS, «a instituição militar da nação nicaraguense», no destino libertário e democrático da Nicarágua: «o nosso Exército, à frente do povo, derrotou a guerra de agressão que pretendeu inutilmente reinstalar o regime somozista e a Guarda Nacional», assim garantindo «que o actual processo de mudança na Nicarágua continuará pela via geral — histórica — que a Revolução abriu com o derrube do somozismo em 1979». Concluindo ser o EPS «imprescindível para que a Nicarágua não sofresse o caos e um novo banho de sangue», os militares reiteravam a sua firme determinação em: exigir do Estado um orçamento básico e digno para o EPS, a fim de que este pudesse «garantir as faculdades que lhe conferem a Constituição e as leis»; em não aceitar «o desmantelamento do Exército que se pretendia através de chantagens e pressões para que os comandos do mesmo fossem negociados e removidos de acordo com a vontade e caprichos dos extremistas». E o pronunciamento rematava com o compromisso dos generais, oficiais, graduados e soldados do EPS em, na obediência do prescrito na Constituição e nas leis do país, contribuírem para «a procura do sagrado entendimento nacional para 1993, enfrentando sem vacilações aqueles que atentassem contra a paz e a estabilidade nacional». Em 1994, a confiança entre militares e civis mantinha-se por alcançar, ainda que fossem evidentes sinais de plataformas de diálogo, como a realização do seminário de Abril.

Numa terra flagelada por terramotos (o de 1972 destruiu praticamente o centro de Manágua, ainda hoje com um sem-número de «feridas» por sarar), erupções vulcânicas e secas prolongadas, desprovida de minérios, a sua situação geográfica na América Central e nas Caraíbas, infelizmente para o povo nicaraguense, conferiu-lhe particular relevo no quadro geopolítico e geoestratégico da confrontação das duas ex-superpotências: os EUA apostaram na estabilidade a todo transe, tendo apoiado a ditadura do clã Somoza como um «baluarte» contra a infiltração marxista-leninista na região; a URSS apostou na instabilidade latente que a opressão e a miséria explicam, apoiando a guerrilha como um outro «foco» (o primeiro era Cuba) da sua ideologia revolucionária. Hoje, quando as «armas se calaram» e a esperança de paz interna anima o povo sofrido da Nicarágua, os interesses dos EUA e da Rússia voltam-se para outras paragens...

SÍNTESE CONCLUSIVA

É inquietante a actual situação em que hoje vive o povo nicaraguense, sob o governo de um poder político por ele escolhido em liberdade, depois da ignóbil ditadura hereditária dos Somozas, durante 43 anos, e da conturbada experiência sandinista, de 1979 a 1990. As vitórias, por margens confortáveis, de Violeta Chamorro para a Presidência da República e da UNO para a Assembleia Nacional, nas eleições de 1990, foram, sem dúvida e sobretudo, um sinal de frustração da opinião pública nicaraguense relativamente à acção governativa da FSLN, embora consciente dos obstáculos com que a Frente deparou, cuja componente exterior não é esquecida.

O EPS surge forjado a partir de uma formidável força de guerrilha, uma força de natureza civil enquadrada e orientada por uma ideologia política revolucionária, apoiada, internamente, por uma insurreição em massa da população e, externamente, pelo potencial bélico soviético. Transformar este Exército de génese partidária numas Forças Armadas ao serviço da nação e, em consequência, subordinadas à política de defesa de um Governo democraticamente instituído está longe de ser tarefa fácil, sobretudo quando este Governo é resultante do poder fragmentado de uma coligação que reúne catorze pequenos partidos, entre os quais os partidos conservadores, liberais, social-cristão, social-democrata, socialista e comunista. Mas o diálogo civil-militar parece surgir menos tenso, num ambiente mundial e regional que lhe são favoráveis. Aguarda-se que aqueles que tanto investiram na concretização dos seus próprios interesses através da guerra civil nicaraguense venham, agora, a investir nos factores do desenvolvimento económico, base essencial da frágil democracia da Nicarágua. Será então possível consolidar, como o pretendia o general Sandino, «o Governo Nacional que aspiram todos os bons filhos de Nicarágua».

Belchior Vieira